



O jornal do Farmacêutico

SINDIFARMA

Publicação do Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia

Outubro de 2020

22

Em cada morte decorrente do coronavírus, de seis a dez pessoas são impactadas pela dor da perda, do luto. A doença continua desconhecida e não tem todos seus efeitos esclarecidos.

A comunidade de saúde já fala sobre sequelas neurológicas e psiquiátricas.



E ainda há os impactos econômicos, que são devastadores para a classe trabalhadora.

Todo nosso respeito e sentimento. Nossa esperança e luta por políticas de saúde e de respeito aos trabalhadores continuam firmes!

INCERTEZAS NA ECONOMIA E NO TRABALHO

O Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia completa 61 anos de existência e a equipe que compõe a diretoria considera este ano como o seu maior desafio. Manter o sindicato funcionando e lutando pelos direitos do trabalhador farmacêutico, mesmo com tantas adversidades, demonstra o compromisso com valores históricos do sindicalismo farmacêutico e com a categoria.

Desde 2019, os sindicatos enfrentam o desfinanciamento calculado com o intuito de enfraquecer a relação trabalhista e desmobilizar as entidades sindicais, que são fundamentais na defesa do trabalhador e de seus direitos. Foram duras mudanças políticas e econômicas norteadas por um liberalismo de contradições e ideias fora do campo econômico.

A Pandemia do coronavírus trouxe uma face do ser humano que pensávamos ter sido sucumbida pela civilidade moderna. Salta aos olhos a falta de empatia, a psicopatia, ausência de solidariedade e, se já estávamos em um caminho que previa perdas e mais desgastes nas relações trabalhistas, agora vemos uma economia muito enfraquecida. Para piorar, acompanha-se uma incapacidade intelectual do governo em criar condições de recuperação, além da falta de vontade de governar em favor e para o povo.

O mercado interno mostra-se voltado para produção e serviços de alimentos, que sobem absurdamente os seus preços, impactados pelo mercado externo.

A produção industrial também tem sofrido quedas no último trimestre, o que demonstra o quanto o futuro é incerto e quanto os trabalhadores estão mais suscetíveis aos desmandos e as vontades opressoras do mercado. Enquanto a economia não vai bem, a nossa imagem enquanto país está ainda pior. O Ministério da Saúde é conduzido por um "paraquedista", o meio ambiente é transformado em espaço para extração ilegal, destruição das matas para passar boiada e expulsar os índios.

E o povo? Sem recuperação não há emprego e não há renda!

Para os farmacêuticos, o mercado ainda não demonstra retração, mas os pequenos empresários se ressentem da crise, pois não receberam auxílio para manutenção de salários, e a aquisição de medicamentos pela população se restringe ao necessário. Além disso, com a atividade médica também em descenso, outras atividades foram impactadas. O fato é que, ainda sob baixo impacto nos postos de trabalho, existe a desvalorização do profissional. Inclusive, uma das lutas frequentes do sindicato é pelo aumento de salários e vantagens para os profissionais farmacêuticos.

Continuamos, e continuaremos, firmes e fortes na defesa do trabalhador! Que 2021 seja o ano da esperança! Que vençamos essa pandemia e que o mercado entenda a importância de valorizar o trabalho e o trabalhador!

Caros farmacêuticos,

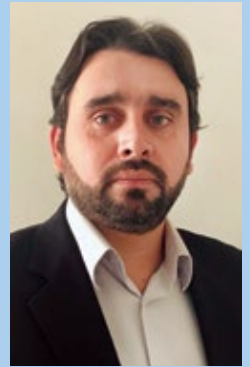
Este ano tem sido ainda mais desafiador para os trabalhadores - e a população em geral - com a pandemia causada pelo coronavírus. Muitos impactos na saúde, na economia e, especialmente, no dia a dia do trabalhador brasileiro. Na saúde, nós farmacêuticos, que desde o início dessa crise sanitária estamos na linha de frente, não sentimos tanto as perdas que os demais trabalhadores sentiram - e sentem ainda - pois nossa profissão é essencial na atenção e cuidado com a saúde da população.

Nosso sindicato, sempre atento e forte na luta pelas demandas do profissional farmacêutico, desde o início da pandemia fortaleceu ainda mais seu setor jurídico para cobrar na justiça por melhores condições de trabalho. Todos os nossos pedidos de liminares foram deferidos e conseguimos garantir que os empregadores forneçam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para os trabalhadores farmacêuticos, como máscaras protetoras, álcool em gel para higienização, além do afastamento imediato das empregadas gestantes do atendimento ao público.

Sobre a campanha salarial, estamos em negociação com o patronal, como Sindhosba, Sindifiba e Sindilab. Conseguimos manter e avançar na conversa com os empregadores para mantermos empregos durante a pandemia e para acompanhar as decisões do governo sobre redução salarial. Não aceitaremos inertes as decisões do governo em desfavor do trabalhador, o sucateamento do SUS, a desvalorização profissional e qualquer situação que oprima e desvalorize o trabalhador.

Desejo a todos "um pouco mais de paciência" para vencermos esse momento de crise sanitária tão difícil para a população mundial. Que estejamos mais unidos, mesmo distantes, e que o ano de 2021 desperte em nós a esperança, o cuidado ao próximo, a solidariedade, a tolerância, a luta pelos direitos, a compreensão sobre a importância da política e das boas escolhas sobre os próximos governantes, para as nossas vidas, e que sejamos sempre empáticos! Obrigado a todas e todos farmacêuticos que são extremamente necessários nesses - e em todos - momentos das nossas vidas!

MAGNO TEIXEIRA - Farmacêutico, advogado e presidente do Sindifarma



Expediente



Sindicato dos Farmacêuticos do Estado da Bahia
Fundada em 25 de novembro de 1959

Todas as matérias são de responsabilidade da diretoria: **PRESIDENTE:** MAGNO LUIZ SILVEIRA TEIXEIRA; **VICE-PRESIDENTE:** MARIA SORAYA PINHEIRO DE AMORIM; **TESOUREIRA:** ELIANA CRISTINA DE SANTANA FIAIS; **SECRETÁRIO:** CLÓVIS DE SANTANA REIS; **SECRETÁRIA DE IMPRENSA:** EDÊNIA SOCORRO ARAÚJO DOS SANTOS; **ASSUNTOS JURÍDICOS:** ELIANE DE ARAUJO SIMÕES; **CULTURA, ESPORTE E LAZER:** JOSÉ JORGE SILVA JÚNIOR; **DIRETORES:** SONIA CARVALHO, ADRIANO DE SOUZA SANTOS, FABIANA CAROLINA, IRINEU DAL CORTIVO, ARIVALDO SANTANA, FABRICIO TEODORO RODRIGUES DA SILVA, ARIEL REZENDE, RODRIGO OLIVEIRA, LUCIANO AUGUSTO, LUCAS SILVA SOLUSA, LORENA SAMPAIO FRANCHI, RAFAEL REIS DOURADO, EDSON SILVA, RONALDO SANTOS, REGINALDO COSME, GIBRAN SOUZA, WAGNER CURVELO, ANDERSON SPINOLA.

Av. Sete de Setembro, 88 - Ed. Barão do Rio Branco - 6º andar - Sala 602 - Relógio de São Pedro - Salvador - Bahia Cep. 40080-001 - Telefones 71 3266-0464 / 3266-6043

www.sindifarma.org.br e-mail: sindifarma@sindifarma.org.br [@sindifarma](https://www.instagram.com/sindifarma) [Sindifarma-BA](https://www.facebook.com/Sindifarma-BA) twitter.com/Sindifarma

Journalista Responsável: Joana Lopo DRT/BA 3873 Edição Eletrônica: Lucca Duarte Foto: Fernando Santt

O NEGÓCIO chamado corrupção!

Execrada no discurso de todos, mas visceral na prática

Nos últimos dois anos a bandeira anticorrupção, principalmente política, esteve no noticiário diário, na justiça espetáculo, nas conversas de balcão e da feira. No foco, o roubo do dinheiro público, mas ao que se sabe aqueles que se utilizam deste discurso mantêm a mesma prática quando alcançado o posto almejado. Não adianta dizer que prendendo um líder ou outro se eliminará a corrupção ou inibe que outros o façam. Trata-se de um sistema, em que as instituições do Estado não funcionam adequadamente. E quando parecem que funcionam estão contaminadas por interesses de diversas naturezas, até mesmo político eleitoral.

Até mesmo no judiciário, que é uma caixa hermetica, eventualmente se ouve casos de corrupção por meio de venda de sentença ou outras arbitrariedades. E o que dizer das inúmeras vezes que seus membros auferem vantagens pessoais em negociações de pequena e grande monta?

E o que dizer da “rachadinha”? meio pelo qual o parlamentar recebe dinheiro destinado ao pagamento de funcionários do gabinete. E a lavagem de dinheiro vindo da “segurança” ilegal? Em tempos de Pandemia, as mil mortes diárias e o desvio de dinheiro por superfaturamento?

Neste contexto, a política ganhou holofotes e foi criminalizada e apesar da corrupção está tipificada como crime contra a administração pública, ela não está só no governo. Ela pode ser verificada no cotidiano quando não se respeita

a ordem na fila, quando se toma a vaga do deficiente ou idoso no estacionamento, quando se “agrada” o servidor público para que ele dê agilidade às demandas particulares. Esta conduta de multidoes é refletida na forma como os políticos e gestores estatais se portam. E aí estamos numa encruzilhada? Achamos que não, mas em um processo de depuração que nos força a encarar a grande realidade de viver.

No sistema de governo que vivemos, a demo-

cracia, é isso! É acreditar que o povo se autocritica e se melhora, e que as instituições se fortalecem e assim as práticas vão se modificando. Por enquanto, vivemos o ciclo vicioso que torna a corrupção o negócio lucrativo. Mantendo um acordo entre corruptores e corruptos, a lavagem de dinheiro de diversas naturezas, o processo eleitoral não vinculado as ideias, mas a capacidade de roubar o dinheiro público e distribuir migalhas para manter o sistema.

Brasil cai 17 posições em índice global de corrupção.



Questão dos EPIS e condições de trabalho

As ações do Sindifarma

O Sindicato dos Farmacêuticos da Bahia – Sindifarma, conseguiu liminar na justiça para que drogarias forneçam Equipamentos de Proteção Individual – EPIS, aos farmacêuticos e, também, que seja feito o afastamento das mulheres grávidas do atendimento direto ao público.

Devido à pandemia, e sempre preocupado com a categoria, o Sindifarma-Ba ajuizou ação logo em março e, em apenas 5h, conseguiu a liminar para garantir proteção ao farmacêutico.

Abaixo a sentença do Juiz do Trabalho, MM. Sérgio Ferreira de Lima:

– “Diante do exposto, defiro o pedido e deter-

mino que as Demandadas forneçam aos substituídos, no prazo de 72h, os equipamentos de EPIS requeridos, quais sejam máscaras protetoras, álcool em gel para higienização e procedam ao imediato afastamento das empregadas gestantes do atendimento ao público, antecipando os efeitos da tutela jurisdicional, sob pena de pagar, em favor da parte reclamante, multa diária de descumprimento desta obrigação, no valor de R\$ 1.000,00, por empregado, com suporte no art. 536, do CPC/15.”

Outras ações como esta foram impetradas pelo Sindifarma em Salvador, Itabuna e Teixeira de Freitas.



“Temos que ter gestores que invistam em saúde, educação, moradia e bem-estar para a população”

Entrevista com a vereadora Aladilce Souza



Uma das maiores defensoras dos trabalhadores da saúde e dos direitos dos profissionais soteropolitanos, na Câmara Municipal de Salvador, Aladilce Souza (PCdoB-BA) é enfermeira formada pela Universidade Federal da Bahia (Ufba). A servidora pública da Secretaria de Saúde do Estado da Bahia e professora da Escola de Enfermagem da Ufba desde 1992, Aladilce Souza é militante da área da saúde e tem forte relação com o movimento social.

Suas principais bandeiras de luta são em defesa dos direitos das mulheres; o enfrentamento ao machismo, ao racismo e à homofobia; e em defesa do SUS e da saúde pública e de qualidade. Ela também defende a acessibilidade para pessoas com deficiência e transtorno mental e atua diretamente na luta antimanicomial.

Atuante nas relações com os movimentos sindicais, associações de moradores e diversas organizações sociais, a vereadora aborda, nesta entrevista sobre a importância do voto e da relação dos governos municipal e estadual no enfrentamento à pandemia da covid-19 na Bahia e Brasil.

Jornal Sindifarma - Como avalia a ação conjunta do prefeito e governo durante pandemia? Quais pontos positivos e negativos?

Aladilce Souza - Foi muito positiva a articulação entre prefeito e governador. É uma atitude que

a gente espera das instituições públicas essa sintonia quando o interesse público está em jogo. Os pontos positivos foram a criação e instalação de Hospitais de Campanha, a ampliação de alguns hospitais e a montagem rápida dessas estruturas, como UTI, compra de respiradores, para atender aos pacientes. Mas faltou, no início, a agilidade em adquirir os Equipamentos de Proteção Individual, os EPIs, para os trabalhadores, mas ao longo do tempo melhorou muito, embora não tenha sido cem por cento. Os movimentos sindicais, inclusive o Sindifarma, atuaram fortemente junto ao Ministério público para que o governo avançasse no fornecimento desses materiais e a criação de fluxo interno nas unidades para evitar a contaminação. Outro ponto negativo foi a falta de agilidade em treinar o pessoal da linha de frente e afastamento de pessoas com comorbidades de suas funções. A falta de fiscalização das empresas que terceirizam mão de obra também foi ineficiente e isso pode ter contribuído para o adoecimento e perda de muitas vidas, que poderiam ter sido poupadas. Faltou também investimento nos territórios. Poderia ter investido mais no trabalho das equipes de saúde comunitária e de saúde da família para identificar e monitorar a infecção, com isso poderíamos ter evitado o agravamento e alastramento da doença. Enfim, o trabalho de prevenção deveria ter sido mais ágil e efetivo. Mas agora, nessa fase em que estamos, os governos precisam continuar com as medidas de segurança, reforçar até que a população possa voltar às atividades de forma realmente segura.

JS - O que acha que faltou para os profissionais de saúde?

AS - Acredito que muitas coisas. Primeiros, os governos deveriam ter tido a sensibilidade para apresentarem um plano de valorização, de estímulo e apoio aos profissionais que foram para linha de frente da Covid-19. Mas não foi assim que ocorreu. Mesmo com muitos aplausos e homenagens, os trabalhadores continuaram trabalhando em uma situação de grande precariedade, o número de profissionais muitas vezes não supria a necessidade atual, os salários vergonhosos, aviltantes, principalmente os trabalhadores terceirizados, que hoje temos muitos e a maioria é de mulher e que têm

jornadas duplas, para ter um salário melhorzinho. É uma super exploração. Além disso, elas têm uma jornada doméstica, que exige ainda mais delas. Faltou um projeto para valorizar de fato esses profissionais. Muita gente se contaminou com a manipulação errada dos EPIs, por falta de treinamento. Acho que faltou cuidado com os profissionais de saúde, que deveria ser constante e permanente, sobretudo com os profissionais de saúde.

JS - As eleições estão chegando, qual sua dica para a escolha do novo prefeito ou prefeita? Quais áreas são mais sensíveis e precisam de mais atenção?

AS - É através do voto que as pessoas exercem sua cidadania política. O direito de votar em uma democracia é sagrado! Por isso precisamos ter atenção, procurar se informar, analisar o perfil dos candidatos e ter como lógica de que aquela pessoa que a gente escolhe, que é quem vai nos representar na gestão da cidade. Precisamos valorizar e entender nosso papel nisso. O município é o ente mais próximo da população, portanto, o nosso exercício político precisa começar pelo município, que é onde as pessoas vivem, trabalham, adoecem de forma singular, em cada município. Outra questão para orientar as escolhas é de que perceba quem está do lado da maioria da população. Em Salvador, por exemplo, uma cidade cheia de desigualdades e precisamos incentivar as pessoas para pensar nas condições de vida do soteropolitano. Precisamos saber quem vai representar o povo trabalhador para os espaços de poder. Quais programas esses candidatos têm? Quais suas propostas de melhorias? É preciso observar as plataformas dos candidatos. O emprego e geração de renda, por exemplo, são questões cruciais, porque disso depende a vida da maioria da população. Salvador, hoje, é uma das cidades mais pobres do país, mas não é possível que isso continue. Somos a primeira capital do país e não podemos continuar assim. É preciso mudar isso urgentemente! Temos que ter gestores que invistam em saúde, educação, moradia, em bem-estar da população e mudar essa realidade das cidades.

JS - E em relação aos vereadores, como está hoje e como o eleitor pode escolher de forma responsável?

AS - O mais importante é conhecer a trajetória, a história de vida desses candidatos e procurar se identificar com eles. O candidato que se diz defender os trabalhadores, o serviço público, as mulheres, então é preciso procurar saber da história e de como os candidatos e candidatas se comportam e atuam em relação a esses temas. Hoje as pessoas não se escondem, tem muita informação na internet, nas redes sociais e várias plataformas que dá para encontrar. Muitas vezes o candidato divulga uma coisa, se apresenta de uma forma, mas que não tem nada na sua história que comprove que ele ou ela vai realmente defender aquela ideia. Temos muitos exemplos disso. De pessoas que divulgam essas campanhas, mas que na hora de votar o fazem contra o trabalhador, contra as pautas que foram defendidas antes. Por isso é preciso muito cuidado ao escolher seus representantes! Hoje a Câmara Municipal de Salvador tem 43 vereadores e vereadoras, sendo oito mulheres eleitas em 2016, mas ainda a grande maioria os parlamentares estão muito ligados ao empresariado da cidade, ao grande empresariado, como o de transporte, da indústria da construção civil, do setor imobiliário. E outros ligados a donos de terra ainda. A grande maioria ainda defende os interesses empresariais, os interesses dos ricos da cidade. Uma minoria defende absoluta, cerca de 10 vereadores têm compromisso com as causas populares, com trabalhadores, serviços públicos, a defesa do emprego e da renda, das questões mais fundamentais para a defesa da vida das pessoas. Salvador é capital do desemprego, muitos ambulantes, 44% das mulheres são chefes de família e essas pessoas precisam de apoio, de serviço público, de quem cuide delas. Só assim vamos conseguir desenvolver a cidade, dando apoio e trazendo políticas para que essa maioria possa ir adiante, mas na câmara ainda não tem esse olhar. O olhar majoritário ainda é o de manter privilégios e concentração de rendas, que é muito grande. Por isso precisamos inverter a relação de forças e mudar essa lógica para transformar a vida das pessoas e criar possibilidades de uma cidade mais humana e sensível às causas da população.

JS - Sobre a reforma administrativa proposta pelo governo federal, o que pensa sobre isso?

AS - A reforma administrativa, junto com reforma da previdência e a reforma trabalhista, são projetos que têm como objetivo reduzir o tamanho do estado e cumprem com o objetivo do ultra neoliberalismo que é de reduzir o tamanho do estado e abrir espaço para fortalecer o mercado, para fortalecer as contratações de serviços e empresas privadas, organizações sociais, enfim, um processo que já está acontecendo no Brasil e que a reforma administrativa vem coroar esse processo. Quebra a com a estabilidade no emprego, acaba com regime jurídico único, acaba com concurso público, cria diversos vínculos de empregados públicos. É muito retrocesso, muito grande mesmo, porque a constituição de 88 veio estabelecer exatamente como única forma de acesso o concurso público e a implantação de carreiras exatamente para estabelecer uma estrutura administrativa e de servidores que fossem servidores do Estado e não de governos. Com essa proposta mudança, os servidores passam a ser servidores de governos atrelados, porque os governantes terão a possibilidade de demitir os servido-

“
O mais importante é conhecer a trajetória, a história de vida desses candidatos e procurar se identificar com eles. O candidato que se diz defender os trabalhadores, o serviço público, as mulheres, então é preciso procurar saber da história e de como os candidatos e candidatas se comportam e atuam em relação a esses temas.
”

res para admitir os seus. Vamos voltar àquela época do trem da alegria, dos apadrinhados. Isso tem um impacto não só na vida dos servidores, mas na vida da população, na prestação de serviços porque você acaba com a impessoalidade e dificulta mais o acesso e a qualidade da prestação de serviços para a população.

JS - Como a reforma administrativa, como está proposta, influencia na vida dos profissionais de saúde, por exemplo?

AS - A Reforma Administrativa vai atingir os servidores da saúde, sim. Atingirá plenamente os novos servidores, os fizeram concurso depois da aprovação do projeto, que espero que não seja aprovado. Mas, em sendo, eles não terão estabilidade garantida, porque essa possível estabilidade está sujeita um longo período de avaliação, de desempenho, discricionária que vai depender do governante, que vai entrar critérios subjetivos, enfim, não haverá a estabilidade como é hoje, em que você faz o concurso, apresenta documentos e depois o estágio probatório você está estável. Isso vai acabar. Serão criados outros tipos de vínculos, de servidores que não precisarão fazer concurso público e teremos uma série de possibilidades de demissões, os planos de carreiras estarão fora de perspectiva, a pessoa faz concurso para carga e não carreira, então é um prejuízo muito grande. A área de saúde, então, isso é muito grave porque é uma área que tem uma natureza muito especial porque cuida da saúde, da vida das pessoas e uma das questões fundamentais para isso é a permanência dos servidores em uma carreira, que reflete na qualidade do serviço, no desenvolvimento de habilidades e qualificação dos trabalhadores. A quebra da estabilidade não haverá isso. A ideia é que os servidores comecem e terminem suas carreiras servindo ao estado e não a um ou outro governante. Não há objetivo de lucro ou acúmulo para o estado, mas é essa ideia que eles querem trazer. Mas quem perde com isso é o povo. O mercado só tem compromisso com o lucro. Então, como consequência teremos condições de trabalho precarizadas para os profissionais de saúde, com jornadas de trabalho excessivas, baixos salários, más condições de trabalho e falta de segurança no ambiente trabalho.

JS - Quais projetos propôs enquanto vereadora?

AS - Ao longo desses quatro mandatos foram mais de 800 proposições, dentre projetos de lei, resoluções, indicações, requerimentos e moções, sempre focando em temas de impacto social, como educação, saúde, acessibilidade, democratização do transporte público e direito da mulher. Alguns foram convertidos em lei, a exemplo da Lei da Maternidade Certa e a Lei que garante o aleitamento materno em público. Outros projetos importantes e reiteradamente apresentados foram rejeitados, como os que prevê gratuidade do transporte público para o estudante da escola pública. ■

E se o SUS não existisse?



Desde 2016, com a emenda constitucional que congelou os investimentos públicos em políticas sociais por 20 anos, já se sabia que o SUS sofreria com a falta de recursos. Em curso

uma proposta articulada pelos planos privados de saúde e pelo governo federal, apresentada no evento 1º Fórum Brasil – “Agenda Saúde: a ousadia de propor um Novo Sistema de Saúde”, expunha a proposta de desmantelamento do Sistema Único de Saúde.

Assim, os recursos seriam transferidos do SUS para financiar a Atenção de Alta Complexidade nos planos privados de saúde, ou seja, os recursos para o SUS sendo canalizados para empresários da saúde.

São aproximadamente 24 milhões de usuários do serviço privado e a grande parte destas pessoas que tem plano de saúde privado, o tem vinculado ao emprego. Quando se aposentarem ou reduzirem a atividade laboral, seus orçamen-

tos diminuirão, sua necessidade de serviços de saúde e seus gastos com saúde aumentarão e, provavelmente, não conseguirão mais pagar por esses planos. Ou seja, 180 milhões de brasileiros utilizam a assistência médica o SUS. Para atenção básica, problemas crônicos, transplantes etc.

E aí chega a Pandemia... em que 77% das pessoas das classes C, D e E, precisam do SUS. Com isso, que lições a sociedade pode aprender?

1. Sem atendimento SUS teríamos mais doentes, mais mortes.
2. O SUS é conquista da população brasileira e direito constitucional.
3. O SUS precisa de mais financiamento.

Contribuição Sindical

A Contribuição Sindical é, acima de tudo, necessária e imprescindível para a manutenção das entidades que lutam e trabalham – e muito – para os trabalhadores. O sindicato atua e fortalece a profissão farmacêutica, no caso do Sindifarma, junto às esferas governamentais e patronais, nas negociações coletivas de trabalho, nas ações trabalhistas, entre outras lutas e benefícios ao trabalhador.

Portanto, sindicalize-se! Faça a sua parte por sua profissão. Pague sua contribuição e se fortaleça sindicalizando-se! Acesse nosso site, que foi especialmente reformulado para lhe atender, e se sindicaliza! Juntos faremos muitos mais! Quanto mais formos, mais fortes ficaremos em defesa da nossa profissão e do trabalhador farmacêutico!

OPORTUNIDADE!

Farmacêutico, pague suas pendências com o Sindifarma SEM COBRANÇA de juros e multa!

O Sindifarma lançou o seu programa de **regularização de dívidas até 30/11** deste ano.

O profissional que tem pendências com a entidade poderá pagar a anuidade no valor por meio do REFIS. Basta gerar o boleto, que já está disponível no site e efetuar o pagamento.

APROVEITE E FIQUE EM DIA COM O SEU SINDICATO!

São 61 anos de lutas pelos farmacêuticos!

Em março de 1959, no dia 23 de setembro éramos ainda uma Associação Profissional dos Farmacêuticos do Estado da Bahia. Essa associação foi criada para organizar e defender a categoria farmacêutica. A transição de associação para sindicato ocorreu no ano seguinte, ou seja, em 1960, com a presença do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que assinou a Carta Sindical dos Farmacêuticos do Estado da Bahia. A eleição da primeira diretoria do sindicato foi realizada no início do ano seguinte, em 16 de janeiro.

Nesses 61 anos, o Sindifarma defende a sua

categoria e tem sido um importante instrumento de luta nas questões farmacêuticas e dos trabalhadores, que são: Defesa de salários justos e condições com a importância da profissão; garantir os postos de trabalho dos profissionais; defesa do Sistema Único de Saúde com qualidade para que população tenha atendimento digno; condições físicas e materiais para os profissionais desempenharem suas atividades; defesa da saúde da população, principalmente na questão do uso indiscriminado de medicamentos. E muitas outras são as nossas conquistas nesses anos!

Filie-se ao nosso sindicato. Quanto maior o número de membros, mais força teremos para exigir nossas reivindicações e fazê-las cumprir!

Convênios e EAD

Para garantir benefícios aos farmacêuticos, o Sindifarma-Ba busca firmar convênios e parcerias para oferecer descontos especiais em cursos de aprimoramento profissional, como inglês, espanhol, pós-graduação, planos de saúde, entre outros.

É o sindicato sempre trabalhando para valorizar a profissão e o profissional farmacêutico!

Convênios:

FTC: descontos e bolsas para pós-graduação em qualquer área.

IPOG: descontos em pós-graduação.

INSTITUTO PESSOA: descontos em pós-graduação.

UNIVERSIDADE SALVADOR: descontos em pós-graduação e graduação.

AMIL: plano de saúde – descontos especiais.

UNIMED Norte/Nordeste: descontos especiais.

BRADESCO SAÚDE: descontos especiais.

Pandemia: relações de trabalho e acesso a justiça

Por Cláudio Andrade*

A pandemia impacta o mundo inteiro e a humanidade. Esta repercussão atinge, em cheio, as relações de trabalho e o acesso à Justiça. Há forte tendência à consolidação do teletrabalho, como opção prioritária para muitos empregadores e trabalhadores.

A reforma trabalhista, implementada em 2017, inseriu, na CLT, a previsão do teletrabalho (artigos 75-A e seguintes da CLT). Contudo, a massificação desta modalidade de relação de empregado, que levaria anos a ser alcançada, está sendo muito acelerada em razão da pandemia.

A repercussão para os trabalhadores deve ser avaliada com muito cuidado. Os custos necessários para viabilizar o trabalho, a exemplo de despesas de energia elétrica, acesso à internet, equipamentos de informática, dentre outros, são geralmente custeados pelo próprio trabalhador nessa modalidade labor.

O trabalho a distância prejudica a interação pessoal entre os trabalhadores, afetando o sentimento de unidade e de categoria, o que poderá repercutir negativamente na atuação coletiva alcance de pleitos de categoria.

Merece também cuidado especial os efeitos sobre a saúde do trabalho nessa nova realidade de trabalho que se consolida com a pandemia. O SINDIFARMA está atento a todas essas questões e buscando adequação uma realidade, que a todos atinge sem comunicação prévia, de modo repentino e célere.

Se, por um lado, a pandemia é motivo de muitas incertezas, inquietações e receios, por outro



Dr. Claudio Andrade - Advogado trabalhista*

“
...o trabalho aumentou exponencialmente, de início com ajuizamento de ações, por toda a Bahia, para assegurar fornecimento de EPI aos trabalhadores; na sequência o Sindicato recebeu número grande de demandas para assegurar afastamento de farmacêuticos mais vulneráveis ao risco do contágio...”

lado, é grande desafio e aprendizado, exigindo capacitação, atualização e uso de ferramentas tecnológicas que amenizam os fatores negativos dessa nova realidade.

As audiências, na Justiça do Trabalho e no Ministério Público do Trabalho, têm sido realizadas remotamente, por meio de videoconferência. Do mesmo modo, o SINDIFARMA tem adotado o mesmo tipo de tecnologia, realizando os atendimentos aos farmacêuticos por meio de aplicativos que permitem reunião virtual com recursos de vídeo. É um aprendizado, aperfeiçoamento e evolução.

No nosso jurídico o trabalho aumentou exponencialmente, de início com ajuizamento de ações, por toda a Bahia, para assegurar fornecimento de EPI aos trabalhadores; na sequência o Sindicato recebeu número grande de demandas para assegurar afastamento de farmacêuticos mais vulneráveis ao risco do contágio e, por último, temos muitas solicitações de suspensão de contato para avaliação.

A atuação do Jurídico tem buscado acomodar estas demandas, sem prejudicar as nossas demandas rotineiras, que continuam ativas, a exemplo das ações de cobrança das diferenças do piso salarial da categoria.

Enfim, o momento exige, ainda mais, empatia, afinidade e união entre os trabalhadores e destes com o nosso Sindicato. É momento delicado que demanda atenção e sinalização colaborativa, para preservação dos trabalhadores e da valorização do farmacêutico, para que o “novo normal” não iniba a nossa dignidade profissional.

Servidores e a instabilidade – As mentiras sobre o servidor público

Para justificar a proposta de reforma administrativa setores do governo e da sociedade passaram a “demonizar” o funcionalismo público, mas na prática a situação é bem diferente. Em relação a outros países, o Brasil tem bem menos servidores públicos. Exemplo disso está em alguns países da Europa e EUA. O país, apenas 13,7% do PIB brasileiro paga salários, ou seja, 38% vai para o bolso de banqueiros e rentistas. Mas o tal discurso sobre “inchaço da máquina pública” está cada vez mais ferrenho para colocar a conta da reforma nas costas dos servidores do “baixo clero”.

Segundo o Atlas do Estado, do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os vínculos de trabalho do setor público no Brasil aumentaram

mais de 82% nas últimas duas décadas, saindo de cerca de 6,3 milhões de trabalhadores em 1995 para 11,5 milhões em 2016. Esse total inclui todos os segmentos: servidores concursados, estatutários, regidos pela CLT, e os de cargos comissionados. O total de vínculos, inclusive, é diferente do número de funcionários, visto que uma mesma pessoa pode ter mais de um vínculo. O fato é que, mesmo com a elevação nos últimos anos, o número de servidores no Brasil é inferior à média dos países desenvolvidos (Fonte: outraspalavras.net)

A reforma administrativa é necessária, sim. Mas como sempre as propostas de reforma sempre beneficiam os grandes capitais e cargos elitistas e prejudica o trabalhador assalariado.

Dessa forma, não há como “enxugar máquina”, pois se mantem os privilégios de alguns em detrimento de outros muitos que mais precisam e atuam pelo crescimento e desenvolvimento social. **FIQUEMOS ATENTOS!**

